

Cidades resilientes: um panorama geral da iniciativa Making Cities Resilient 2030: construindo cidades resilientes, no Brasil.

Heloisa Vieira Silva

Bacharel em Gestão e Análise Ambiental, UFSCar, Brasil
heloisasilva@estudante.ufscar.br
ORCID iD <https://orcid.org/0009-0008-4830-3162>

João Pedro Bassi

Bacharel em Gestão e Análise Ambiental, UFSCar, Brasil
joaobassi@estudante.ufscar.br
ORCID iD <https://orcid.org/0009-0000-3206-2394>

Renato Paulino Pereira Filho

Bacharel em Gestão e Análise Ambiental, UFSCar, Brasil
renatofilho@estudante.ufscar.br
ORCID iD <https://orcid.org/0009-0008-2646-1020>

Cidades resilientes: um panorama geral da iniciativa Making Cities Resilient 2030: construindo cidades resilientes, no Brasil.

RESUMO

Objetivo - O objetivo do presente trabalho foi realizar um panorama geral e identificar a distribuição dos municípios brasileiros que aderiram à iniciativa Construindo Cidades Resilientes 2030 (MCR 2030).

Metodologia - Este estudo tem caráter descritivo e documental, com abordagem quantitativa, utilizando dados secundários obtidos a partir da lista oficial de municípios brasileiros inscritos na iniciativa MCR 2030 até abril de 2025.

Originalidade/relevância - O Brasil enfrenta crescentes desafios ambientais e climáticos, é necessário entender ações existentes e entender as possibilidades de avanço, mas também lacunas em iniciativas.

Resultados -Até maio de 2025, a adesão era de 353 municípios, 81,3% da região Sudeste. Regiões como Norte, Nordeste e Centro-Oeste, embora altamente afetadas por desastres, apresentam baixa participação, refletindo desigualdades na capacidade técnica e institucional. A iniciativa oferece apoio técnico, político e institucional, mas a construção de cidades resilientes exige mais que adesão formal: requer investimentos contínuos, articulação intergovernamental e políticas públicas alinhadas ao desenvolvimento sustentável.

Contribuições sociais e ambientais - A MCR 2030 representa uma oportunidade estratégica para promover justiça climática.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização. Adaptação climática. Desastres naturais.

Resilient Cities: An Overview of the Making Cities Resilient 2030 Initiative: Building Resilient Cities in Brazil

ABSTRACT

Objective –The aim of this study was to provide an overview and identify the distribution of Brazilian municipalities that joined the Making Cities Resilient 2030 (MCR 2030) initiative.

Methodology – This is a descriptive and documentary study with a quantitative approach, using secondary data obtained from the official list of Brazilian municipalities enrolled in the MCR 2030 initiative up to April 2025.

Originality/Relevance –Brazil faces growing environmental and climate challenges. It is necessary to understand existing actions and explore possibilities for progress, but also recognize gaps within such initiatives.

Results – By May 2025, 353 municipalities had joined, 81.3% of them located in the Southeast region. Regions such as the North, Northeast, and Center-West, although highly affected by disasters, show low participation, reflecting inequalities in technical and institutional capacity. The initiative offers technical, political, and institutional support, but building resilient cities requires more than formal membership: it demands continuous investment, intergovernmental coordination, and public policies aligned with sustainable development.

Social and Environmental Contributions – MCR 2030 represents a strategic opportunity to promote climate justice.

KEYWORDS: Urbanization. Climate adaptation. Natural disasters.

Ciudades Resilientes: Una Visión General de la Iniciativa Making Cities Resilient 2030: Construyendo Ciudades Resilientes en Brasil

RESUMEN

Objetivo – El objetivo de este trabajo fue presentar un panorama general e identificar la distribución de los municipios brasileños que se adhirieron a la iniciativa Construyendo Ciudades Resilientes 2030 (MCR 2030).

Metodología – Este estudio es de carácter descriptivo y documental, con un enfoque cuantitativo, utilizando datos secundarios obtenidos de la lista oficial de municipios brasileños inscritos en la iniciativa MCR 2030 hasta abril de 2025.

Originalidad/Relevancia – Brasil enfrenta crecientes desafíos ambientales y climáticos. Es necesario comprender las acciones existentes y explorar las posibilidades de avance, pero también reconocer las brechas en estas iniciativas.

Resultados –Hasta mayo de 2025, 353 municipios se habían adherido, de los cuales el 81,3% se encuentra en la región Sudeste. Regiones como el Norte, Nordeste y Centro-Oeste, aunque altamente afectadas por desastres, presentan baja participación, lo que refleja desigualdades en la capacidad técnica e institucional. La iniciativa ofrece apoyo técnico, político e institucional, pero la construcción de ciudades resilientes exige más que la adhesión formal: requiere inversiones continuas, articulación intergubernamental y políticas públicas alineadas con el desarrollo sostenible.

Contribuciones Sociales y Ambientales – La MCR 2030 representa una oportunidad estratégica para promover la justicia climática.

PALABRAS CLAVE: Urbanización. Adaptación climática. Desastres naturales.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com censo de 2022, 87% da população brasileira vive na área urbana (IBGE, 2022). As aglomerações urbanas produzem problemas ambientais como o alto consumo energético, movimentação de terra, impermeabilização e contaminação do solo, desflorestamento, emissões de gases e poluição de corpos d’água (BRASIL, 2015). E, além disso, a “alta concentração populacional nesses espaços intensifica os impactos dos desastres naturais” (REDUS, 2025, p.5). Dessa forma, as comunidades urbanas enfrentam desafios ambientais, como calor extremo, aumento de inundações e deterioração da qualidade do ar e da água (KUMAR, P. et al., 2025).

Além disso, as mudanças do clima trazem impactos cada vez mais perceptíveis, tornando um desafio construir cidades mais seguras a esses eventos climáticos extremos que são cada vez mais recorrentes. Nesse contexto, surge o discurso da cidade resiliente (SERRAGLIO, et al., 2020). Resiliência diz respeito à “capacidade de um sistema recuperar o equilíbrio após ter sofrido uma perturbação” (JUNIOR; FILHO, 2016, p.284), a capacidade de um sistema exposto a riscos de “resistir, absorver, acomodar e se recuperar a partir dos efeitos de um perigo, num prazo adequado e de forma eficiente, com a preservação e restauração de suas estruturas básicas essenciais e funções” (PBMC, 2016, p. 22 apud SERRAGLIO, et al., 2020).

Junior e Filho (2016) definem cidades resilientes como aquelas capazes de:

[...] lidarem com as vulnerabilidades internas e externas, adaptarem-se às mudanças climáticas previstas para este século (ao mesmo tempo em que buscam formas de mitigá-las) e resistirem a desastres (mais frequentes com o aumento de eventos extremos impulsionados pelas mudanças climáticas), aumentando o nível de bem-estar humano (que engloba, além de um ambiente saudável, variáveis econômicas e socioculturais capazes de afetar a própria resiliência) (JUNIOR; FILHO, 2016, p.284).

No Brasil, há um arcabouço político-institucional que trata sobre problemas relacionados à resiliência, como o Estatuto da Cidade (Lei no 10.257/2001), a Política Nacional de Mudanças Climáticas (Lei no 12.187/2009), e a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei no 12.608/2012), em tese, esse arcabouço é capaz de lidar com questões envolvendo adaptação e mitigação das mudanças climáticas, ordenamento urbano sustentável e gestão de risco de desastres, porém, além de buscar tornar efetivo o que propõe as legislações, é necessário que haja um aprimoramento constante a partir do avanço do conhecimento científico, do surgimento de inovações e do aprendizado com experiências de gestão, além de ser papel do setor público a promoção de coordenação entre instituições financeiras globais e locais (JUNIOR; FILHO, 2016 p. 295).

É nesse sentido que surgem iniciativas como a Construindo Cidades Resilientes 2030 (MCR 2030, do inglês Making Cities Resilient), com o objetivo de “assegurar que as cidades estejam se tornando inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis até 2030, contribuindo diretamente para a realização do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável e de outras iniciativas globais [...]” (BRASIL, 2019). A iniciativa, liderada pelo Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos (UNDRR), promove a resiliência local a partir da articulação de atores diversos e por meio da defesa política, da troca de conhecimentos e experiências, com o estabelecimento de redes de aprendizagem entre as cidades, a fim de fortalecer as

capacidades técnicas, promover conexão entre vários níveis de governo e alianças estratégicas (BRASIL, 2019).

O município que aderir a MCR 2030 se juntará a uma iniciativa global que oferece um roteiro claro para a resiliência:

Formulado em 3 etapas, MCR 2030 apoia as cidades ao longo da sua jornada de resiliência, desde a conscientização até o planejamento e a implementação de ação de redução do risco de desastres. Através de uma abordagem colaborativa entre todas as partes interessadas, a iniciativa MCR2030 apoia a capacitação técnica de sua cidade, a colaboração entre os vários níveis de governo em seu país, e promoverá parcerias estratégicas em escala global com centenas de Entidades participantes, Provedores de serviços, e outras cidades (BRASIL, 2019)

O roteiro de resiliência é composto por três etapas, a Etapa A consiste no aprimoramento da compreensão das cidades sobre redução de risco de desastres (RRD) e resiliência. As cidades que identificaram estar na Etapa A se comprometem em avançar no caminho da resiliência para desenvolver e implementar estratégias de RRD e resiliência, partindo da conscientização sobre os temas e do engajamento dos atores relevantes da cidade e o público nos planos da cidade para RRD e resiliência (UNDRR, 2025). Nessa etapa, as cidades, inicialmente, se concentrarão em aprimorar as habilidades de avaliação e diagnóstico, aumentar o alinhamento entre as estratégias locais e as estratégias nacionais e regionais e aprimorar as estratégias e políticas em fase inicial.

Na etapa B as cidades podem ter tido sucessos iniciais e impulso para alcançar melhorias em RRD, sustentabilidade e resiliência, possuem alguma forma de estratégia para lidar com desastres, mas não incorporam ainda medidas de redução de riscos ou preventivas (UNDRR, 2025). Além disso, deve haver o compromisso em avançar em direção ao desenvolvimento ou aprimoramento de uma estratégia de RRD e resiliência, garantindo que os planos sejam baseados em riscos (UNDRR, 2025).

Por fim, a etapa C se concentra em apoiar as cidades na implementação de ações de redução de riscos e resiliência. As cidades já devem possuir um plano de RRD, resiliência e sustentabilidade consideravelmente robusto e estar nos estágios iniciais de implementação ou já trabalhando para integrar a estratégia e as atividades de RRD/resiliência em toda a estrutura de seus governos (UNDRR, 2025).

2 OBJETIVOS

O objetivo geral do presente trabalho é realizar um panorama geral do MCR 2030 no Brasil, identificando a distribuição e a etapa do Roteiro de Resiliência dos municípios brasileiros que aderiram à iniciativa.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo tem caráter descritivo e documental, com abordagem quantitativa, utilizando dados secundários obtidos a partir da lista oficial de municípios brasileiros inscritos na iniciativa MCR 2030 até abril de 2025, disponível no site do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

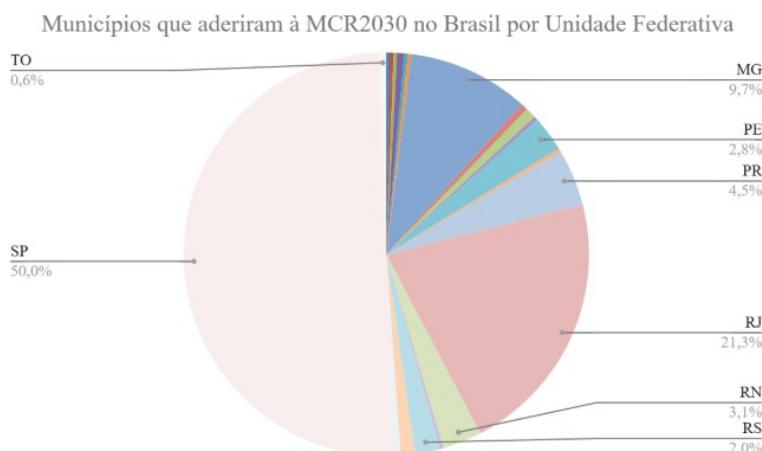
A coleta de dados consistiu na extração das informações públicas relativas aos municípios participantes da iniciativa, especialmente quanto à sua localização geográfica (estado e região) e à etapa do Roteiro de Resiliência em que se encontram. Esse roteiro, composto por três estágios (A, B e C), reflete o nível de engajamento e maturidade dos municípios em relação à redução de riscos de desastres e à construção da resiliência. A Etapa A representa o início da jornada, voltado à conscientização e diagnóstico; a Etapa B corresponde à estruturação de estratégias; e a Etapa C refere-se à implementação de ações concretas.

Os dados coletados foram organizados e analisados por meio de planilhas eletrônicas (Microsoft Excel), com a produção de tabelas e gráficos que evidenciam a distribuição dos municípios por unidade federativa, região e etapa do roteiro, que permitiu identificar padrões e desigualdades regionais na adesão à iniciativa.

4 RESULTADOS

Entre fevereiro de 2021 e maio de 2025, 353 municípios brasileiros aderiram à iniciativa MCR 2030 (BRASIL, 2025). Dos municípios inscritos 50% estão no estado de São Paulo, 21,3% no Rio de Janeiro e 9,7% em Minas Gerais (Gráfico 1), estando 81,3% dos municípios na região Sudeste (gráfico 2). Em relação aos estágios do roteiro de resiliência, a maioria, 40,6%, dos municípios inscritos estão no estágio A, o mais inicial, seguidos de 30,4% no estágio B e 29% no estágio C (Gráfico 3). A distribuição dos estágios varia entre as regiões. No Centro-Oeste, apenas três municípios participam da iniciativa, sendo dois no Estágio A e um no Estágio C. No Nordeste, os municípios estão distribuídos igualmente entre os Estágios A e C. Já nas regiões Norte e Sudeste, predomina a concentração no Estágio A (Tabela 1; Gráfico 4).

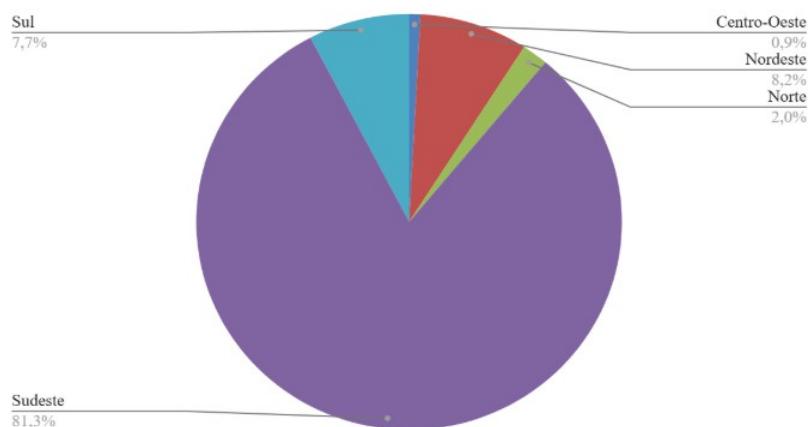
Gráfico 1: Municípios que aderiram à iniciativa por Unidade Federativa.



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Gráfico 2: Municípios que aderiram à iniciativa por região.

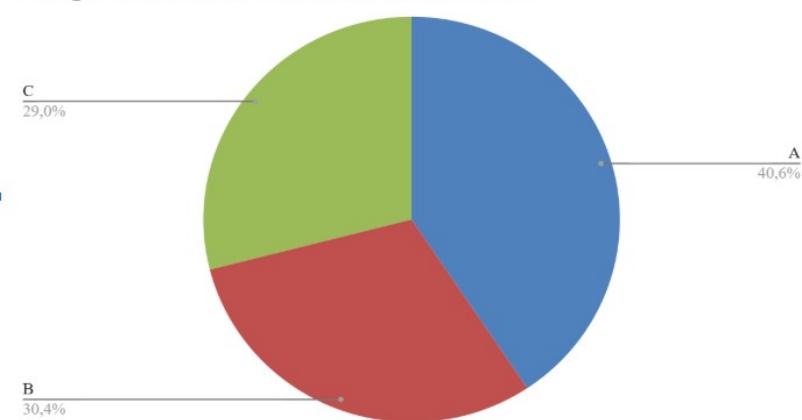
Municípios que aderiram a MCR 2030 por região



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Gráfico 3: Distribuição dos estágios do roteiro de resiliência.

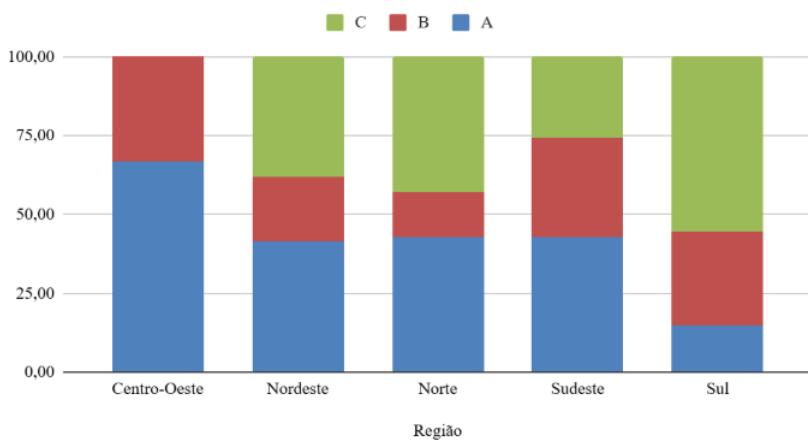
Estágio do roteiro de resiliência da MCR 2030



Fonte: elaborado pelos autores (2025)

Gráfico 4: Estágios do roteiro de resiliência por região.

Porcentagem dos estágios do roteiro de resiliência por região do Brasil



Fonte: elaborado pelos autores (2025)

Tabela 1 - Número de municípios que aderiram à iniciativa em cada região do Brasil

Região	Estágio		
	A	B	C
Centro-Oeste	2	1	0
Nordeste	12	6	11
Norte	3	1	3
Sudeste	122	91	73
Sul	4	8	15

Fonte:elaborado pelos autores (2025)

Esse panorama evidencia disparidades significativas entre as regiões. Estados mais representados na MCR 2030 concentram-se no Sudeste, enquanto Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentam baixa adesão, apesar de enfrentarem elevados índices de ocorrência de desastres. A disparidade entre as regiões pode estar atrelada à capacidade institucional, prioridades locais e disponibilidade de dados, o acesso a informações, recursos técnicos e apoio institucional para promover a redução de riscos de desastres (CARVALHO, 2024; GALVÃO, 2023; CARVALHO, 2020).

De acordo com a Confederação Nacional dos Municípios (2024), de 2013 a 2023, no Brasil ocorreram 64.742 decretos de desastres, dentre as Unidades Federativas, “Minas Gerais é o estado com o maior número, com 9.561 decretos; seguido pela Bahia, com 6.149; e Santa Catarina, com 5.536” (CNM, 2024).

Além disso, tratando de desabrigados, pessoas que foram obrigadas a abandonar suas habitações definitiva ou temporariamente em razão de evacuação preventiva, de destruição ou avaria grave decorrente de acidente ou desastre e que necessita de abrigo provido pela administração pública, a região Nordeste apresentou o maior número, entre 2013 a 2023, com 36,3% do total nacional, seguida da região Norte, com 36% do total (CNM, 2024). Assim, tem-se que, as regiões e os estados mais afetados por desastres não são aqueles com maior adesão à MCR 2030, mas a iniciativa pode ser uma oportunidade para o processo de construção da resiliência nessas localidades.

Os resultados do presente trabalho evidenciam que a maioria das cidades brasileiras ainda se encontram nas fases iniciais de conscientização e diagnóstico, Estágio A do roteiro de resiliência, sinalizando uma necessidade de investimentos em capacitação técnica e institucional para avançar nas etapas seguintes, que envolvem planejamento e implementação de políticas efetivas de redução de risco e resiliência. Novamente, a predominância de municípios no estágio inicial em regiões como o Norte é particularmente preocupante, dado que estas áreas de vulnerabilidade socioambiental estão sendo cada vez mais afligidas por desastres ambientais (DE LOYOLA HUMMELL, 2016). Essa vulnerabilidade, somada à limitada estrutura institucional local, pode agravar os efeitos das mudanças climáticas sobre as populações mais expostas e com menor capacidade adaptativa (DE LOYOLA HUMMELL, 2016).

Por fim, Beck (2022) traz que Petrópolis/RJ, por exemplo, não é, ainda, uma cidade resiliente, mas está a caminho de tornar-se uma ao aderir a MCR 2030, participar de ações de planejamento para prevenção, preparação e mitigação de riscos, inclusive com apoio de da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e buscando efetivar medidas para melhoria da precisão de previsões meteorológicas. Ou seja, a resiliência deve ser alcançada e

para isso é necessário ações e agentes diversos, a MCR 2030 é uma ferramenta importante, mas deve estar alinhada a outras ações, que variam de acordo com a realidade de cada município, estado e região.

5 CONCLUSÃO

A crescente urbanização no Brasil, com mais de 87% da população vivendo em áreas urbanas, intensifica a exposição das cidades a riscos ambientais e climáticos cada vez mais frequentes e severos. Nesse cenário, o conceito de resiliência urbana torna-se central para a construção de territórios capazes de resistir, adaptar-se e recuperar-se de desastres e mudanças climáticas. A iniciativa “Construindo Cidades Resilientes 2030” (MCR2030), promovida pela UNDRR, se insere nesse contexto como uma estratégia global que oferece suporte técnico, político e institucional aos municípios para que avancem em seus processos de gestão de riscos e planejamento urbano sustentável.

Os dados analisados revelam, contudo, que ainda há grandes desafios a serem superados, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que apresentam menor adesão à iniciativa. Isso evidencia não apenas uma desigualdade territorial no engajamento, mas também a necessidade urgente de fortalecer tecnicamente os municípios brasileiros para que possam avançar nas diferentes etapas do MCR2030. A consolidação de cidades verdadeiramente resilientes vai além da formalização da adesão: exige investimentos contínuos em qualificação técnica, articulação entre os entes federativos, elaboração de políticas públicas fundamentadas em evidências e alinhadas às estratégias de desenvolvimento sustentável em níveis nacional e internacional.

Portanto, a MCR2030 representa uma oportunidade estratégica para promover um novo paradigma de urbanização no Brasil, voltado à justiça climática, à equidade territorial e à sustentabilidade. Para que essa transformação ocorra de maneira abrangente e eficaz, é imprescindível garantir apoio contínuo aos municípios, especialmente os mais vulneráveis, por meio de financiamento adequado, parcerias multisectoriais e governança comprometida com um futuro urbano mais seguro e resiliente para todos.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

CARVALHO, Rodrigo Coelho de; NAHAS, Maria Inês Pedrosa; HELLER, Léo. Localizando o objetivo de desenvolvimento sustentável 6: uma avaliação do acesso equitativo ao saneamento em uma região metropolitana brasileira. **Sustainability**, v. 12, n. 17, p. 6776, 2020.

CARVALHO, Sylvestre A. et al. Avaliando o alinhamento dos planos de governo local brasileiros com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. **Sustainability**, v. 16, n. 23, p. 10672, 2024.

DE ANDRADE SILVA, A.; LÁZARO, L.; ANDRADE, J.; MONTEIRO, B.; PRADO, A. Salvador: perfil de uma cidade resiliente? **Cities**, 2022. DOI: 10.1016/j.cities.2022.103727.

DE LOYOLA HUMMELL, Beatriz Maria; CUTTER, Susan L.; EMRICH, Christopher T. Social vulnerability to natural hazards in Brazil. **International Journal of Disaster Risk Science**, v. 7, p. 111-122, 2016.

GALVÃO, Thiago Gehre; LIMA, Mairon G. Bastos; RAMIRO, Rodrigo. Regionalidade de baixo para cima e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: organizações da sociedade civil moldando a implementação da Agenda 2030 na América Latina. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 2, p. e021, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Panorama do Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: jun. 2025.

JUNIOR, N. L. S.; FILHO, O. C. Cidades resilientes e o ambiente natural: ecologia urbana, adaptação e gestão de riscos. In: COSTA, Marco Aurélio (org.). **O Estatuto da Cidade e a Habitat III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a nova agenda urbana**. Brasília: Ipea, 2016. p. 283-302.

KUMAR, P. et al. Urban greening for climate resilient and sustainable cities: grand challenges and opportunities. **Frontiers in Sustainable Cities**, v. 7, art. 1595280, 2025. DOI: 10.3389/frsc.2025.1595280.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR. **Construindo cidades resilientes 2030**. Brasília: MDR, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/cidades-resilientes>. Acesso em: jun. 2025.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Sustentabilidade urbana**: impactos do desenvolvimento econômico e suas consequências sobre o processo de urbanização em países emergentes: textos para as discussões da Rio+20: volume 3 habitação social e sustentabilidade. Organizado por Tarcisio Nunes et al. Brasília: MMA, 2015.

PRADO, A.; ALBERTE, E.; VENTURA, A.; VENTIN, J. Ações de resiliência urbana no ambiente construído: uma análise da cidade de Salvador – Bahia - Brasil. **IOP Conference Series: Earth and Environmental Science**, v. 1101, art. 022004, 2022. DOI: 10.1088/1755-1315/1101/2/022004.

REDE PARA DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL – REDUS. **Texto base Programa Cidades Verdes Resilientes**. [S. I.]: REDUS, 2025. Disponível em: <https://www.redus.org.br/programa-cidades-verdes-resilientes/biblioteca/4da4b8f1-8029-423d-976b-a47123f6b277>. Acesso em: jun. 2025.

SERRAGLIO, D. A.; FERREIRA, H. S.; ROBINSON, N. Migrações climáticas e cidades resilientes: uma nova agenda urbana para o desenvolvimento sustentável. **Revista de Direito da Cidade**, v. 11, n. 3, p. 304–346, 2020. DOI: 10.12957/rdc.2019.38103.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION – UNDRR. **Resilience roadmap: a plan from vulnerability to resilience**. Geneva: UNDRR, 2025. Disponível em: <https://mcr2030.undrr.org/resilience-roadmap>. Acesso em: jun. 2025.

DECLARAÇÕES

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Ao descrever a participação de cada autor no manuscrito, utilize os seguintes critérios:

- **Concepção e Design do Estudo:** Heloisa Vieira Silva, João Pedro Bassi e Renato Paulino Pereira Filho.
- **Curadoria de Dados:** Heloisa Vieira Silva, João Pedro Bassi e Renato Paulino Pereira Filho.
- **Análise Formal:** Heloisa Vieira Silva, João Pedro Bassi e Renato Paulino Pereira Filho.
- **Aquisição de Financiamento:** O estudo não contou com auxílio financeiro.
- **Investigação:** Heloisa Vieira Silva, João Pedro Bassi e Renato Paulino Pereira Filho.
- **Metodologia:** Heloisa Vieira Silva, João Pedro Bassi e Renato Paulino Pereira Filho.
- **Redação - Rascunho Inicial:** Heloisa Vieira Silva, João Pedro Bassi e Renato Paulino Pereira Filho.
- **Redação - Revisão Crítica:** Heloisa Vieira Silva, João Pedro Bassi e Renato Paulino Pereira Filho.
- **Revisão e Edição Final:** Heloisa Vieira Silva.
- **Supervisão:** Heloisa Vieira Silva, João Pedro Bassi e Renato Paulino Pereira Filho.

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Eu/Nós, Heloisa Vieira Silva, João Pedro Bassi e Renato Paulino Pereira Filho, declaramos que o manuscrito intitulado "CIDADES RESILIENTES: UM PANORAMA GERAL DA INICIATIVA MAKING CITIES RESILIENT 2030: CONSTRUINDO CIDADES RESILIENTES, NO BRASIL":

1. **Vínculos Financeiros:** Não possui vínculos financeiros que possam influenciar os resultados ou interpretação do trabalho. Nenhuma instituição ou entidade financiadora esteve envolvida no desenvolvimento deste estudo.
 2. **Relações Profissionais:** Não possui relações profissionais que possam impactar na análise, interpretação ou apresentação dos resultados. Nenhuma relação profissional relevante ao conteúdo deste manuscrito foi estabelecida.
 3. **Conflitos Pessoais:** Não possui conflitos de interesse pessoais relacionados ao conteúdo do manuscrito. Nenhum conflito pessoal relacionado ao conteúdo foi identificado.
-